



SL43 - PATRIMÔNIO, ESPAÇO E MÍDIA. DISCUTINDO AS INTERVENÇÕES NA PRAÇA DA LIBERDADE, MG

Coordenador: Regina Helena Silva (Depto de História UFMG)

Expositores: Benedito Tadeu de Oliveira (IPHAN. Ouro Preto, MG)
Myriam Bahia Lopes (Escola de Arquitetura UFMG)

Obras de impacto em Belo Horizonte com nova configuração na malha urbana e nos serviços disponíveis vêm produzindo demolições endossadas pelo governo estadual e municipal em edificações tombadas pelo IEPHA – Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico. Entre elas destacamos a Linha verde, o Boulevard Arrudas e o Circuito Cultural Praça da Liberdade e que são o carro-chefe do “choque de gestão” na capital do Estado. Esses projetos em curso se apóiam no argumento segundo o qual trarão melhorias para as condições de vida de seus habitantes e que são fundamentais para o incremento das atividades culturais, além de reabilitar o espaço urbano, ampliar o acesso da população à cultura e incrementar a imagem da capital mineira.

Durante a recente campanha para a reeleição ao governo estadual, tiveram destaque imagens das cidades históricas mineiras veiculadas como símbolo da identidade do Estado. Hoje assistimos na Praça da Liberdade, por um lado, a entrega de cuidadosa restauração no Palácio do Governo e a sua abertura para visitação e de outro, a escolha e a contratação de projetos que mutilam as edificações tombadas das Secretarias de Estado. Diante desse quadro buscamos compreender como se opera a imposição de um modelo que se sobrepõe e anula a sociabilidade e os usos existentes na Praça destruindo os seus testemunhos históricos. O apagamento e o esvaziamento no espaço dá lugar a uma nova cenografia para o poder e entra em conflito com a forma de gestão democrática, segundo a qual se pressupõe ao contrário do que vem ocorrendo, a ampliação dos canais de participação popular na gestão da cidade. Entendemos que a cidade que não gera condições públicas para que se reflita e delibere sobre ela, se converte em território simbólico debilitado.

A grande questão que norteia a sessão é em quais termos são construídos, legitimados e apropriados socialmente o patrimônio cultural das cidades. Pretendemos trabalhar a noção de memória, história e valor entendendo patrimônio enquanto produto de múltiplas temporalidades, percepções e apropriações, enquanto espaço constituidor e constituído pelas diversas formas de conflito que conformam os territórios da cidade.

Os palestrantes oriundos de áreas diferenciadas - arquitetura, história, gestão de bens culturais e restauração - enfocarão múltiplos aspectos implicados no processo em curso em Belo Horizonte, seja ele relacionado ao modelo de gestão do espaço público, de intervenção em bens tombados, de desobediência à ordenação urbanística, de mobilização da mídia, de ausência de debate e a relação entre espaço, memória e história.